



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

**E D I T A L**

**CONCORRÊNCIA Nº 013/12**

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE através do GABINETE DE COMPRAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, tipo MENOR PREÇO, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e Nº 02 - (PROPOSTA DE PREÇO) até às 13:30 horas do dia **29/08/2012**, na Central de Compras - GABEX, situada à Rua Marechal Floriano, 458, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

**1. DO OBJETO**

1.1.A presente licitação tem por objetivo a aquisição e instalação de 16 conjuntos motor bombas verticais com acoplamento direto ao motor

1.2. Os produtos deverão ser entregues em parcelas, conforme as necessidades das Secretarias, sem ônus para o município.

1.3. As especificações técnicas deverão estar de acordo com o Anexo II – Termo de Referência – Itens 01 e 02 – Especificações Técnicas da Bomba e Especificações Técnicas do Motor

**2. DA PARTICIPAÇÃO**

2.1.Poderão participar da licitação empresas, que atenderem às exigências deste Edital.

2.2.Será vedada a participação de empresas na Licitação, quando:

2.2.1.Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2.Sob processo de Concordata ou Falência.

2.2.3.Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados.

2.2.4.Reunidas em Consórcio.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

2.2.5. Enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal Nº 8.666/93.

**3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

As propostas serão apresentadas em dois invólucros, a saber:

**DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA**

A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO será apresentada em 01 (uma) via e a PROPOSTA também em 01 (uma) via original. Na data, hora e local indicado no aviso deste Edital, os interessados devidamente representados por pessoa credenciada e identificada, apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, na Central de Compras, Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 458, Centro, Rio Grande, RS, com os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**INVOLUCRO Nº 01: CONCORRÊNCIA Nº 013/12**

**PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 16 CONJUNTOS MOTOR BOMBAS VERTICAIS**

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**PROPONENTE:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**INVOLUCRO Nº 02: CONCORRÊNCIA Nº 013/12**

**PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 16 CONJUNTOS MOTOR BOMBAS VERTICAIS**

**PROPOSTA DE PREÇOS**

**PROPONENTE:**

**4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

4.1. Para habilitação, deverão as licitantes interessadas apresentarem, na sessão de recebimento da documentação e proposta, os documentos abaixo relacionados;

4.2. Folha índice dos documentos apresentados, obedecendo rigorosamente a ordem indicada abaixo;

4.3. Procuração pública ou particular, com firma reconhecida em Cartório, no caso da Empresa enviar Representante não qualificado no Contrato ou nos Estatutos, para fins de licitação;

**4.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

4.4.1. Ato Constitutivo, Estatuto Social ou Contrato Social em vigor, devidamente Registro, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos referentes às eleições de seus administradores, ou Contrato Social consolidado.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

4.4.2.Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Civas, acompanhada de prova da Diretoria em exercício, devidamente registrado em cartório;

4.4.3.Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

#### **4.5. REGULARIDADE FISCAL**

4.5.1.Prova de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes(C.G.C/MF ou CNPJ);

4.5.2.Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicilio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, e Alvará de localização e funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal da Jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante.

4.5.3.A comprovação de quitação para com a Fazenda Federal deverá ser feita através de 02(duas) Certidões a) Da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; b) De Tributos e Contribuições Federais, administrados pela Secretaria da Receita Federal, ambas dentro do prazo de validade;

4.5.4. A comprovação de quitação para com a Fazenda Estadual, deverá ser feita através de Certidão consolidada negativa de débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual, dentro do prazo de validade;

4.5.5.A comprovação de quitação para com a Fazenda Municipal, deverá ser feita através de Certidão consolidada negativa de débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal, dentro do prazo de validade;

4.5.6.Prova de regularidade relativa à Seguridade Social fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social(INSS) - CND;

4.5.7.Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviços (FGTS) - CRS.

4.5.8. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

#### **4.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

4.6.1.Comprovação de capacidade técnica do licitante, mediante Apresentação de 02(dois) Atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, reconhecidamente idônea, que ateste haver à licitante fornecido ou estar fornecendo produto compatível em características com o objeto ora licitado;



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

**4.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA**

4.7.1. Tratando-se de Sociedade Anônima, publicação em Diário Oficial ou jornal de grande circulação ou cópia autenticada do Balanço Fiscal correspondente ao último exercício social encerrado, com as respectivas demonstrações de Conta de Resultados. Os demais tipos societários, deverão apresentar cópias autenticadas do Balanço Patrimonial acompanhado do Termo de Registro de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da Sede do Licitante, reservando-se à CCC o direito de exigir a apresentação do Livro Diário para verificação de valores, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3(três) meses da data da apresentação da proposta. No caso de sociedade civis, o balanço e demonstrações contábeis deverão ser apresentados na forma da legislação civil competente;

4.7.2. Para comprovação da boa situação financeira da Empresa, utilizar-se-á a fórmula para o Cálculo da Capacitação Financeira da Empresa, consubstanciada no seguinte indicador, cujo cálculo deverá ser assinado por contabilista habilitado e juntado ao Balanço Patrimonial já exigível:

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

4.7.3. Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender, obrigatoriamente, LIQUIDEZ GERAL maior ou igual a 1,00;

4.7.4. Certidão Negativa de pedido de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor Judicial da localidade da sede da empresa datada de até 90 (noventa) dias anteriores à publicação do Edital.

4.7.5. O Licitante que apresentar sua documentação desacompanhada de procuração, referida no item 4.3., não será inabilitado, mas não poderá se manifestar durante as sessões, salvo se estiver sendo representado por um de seus dirigentes, que comprovará tal condição através de documento legal;

4.7.6. A documentação de habilitação (Capítulo 4), exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão Julgadora ou funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

4.7.7. Os documentos que dependem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura do invólucro nº 01.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

4.7.8. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal, com identificação clara de seu subscritor.

4.8. Após a fase de Habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão (Art. 43, § 6º, da Lei nº 8.666/93 e alterações).

4.9. A inabilitação da Licitante importará na preclusão do direito de participar das fases subsequentes, restando à Administração inutilizar os envelopes das propostas se não procurados no prazo de 30 dias.

4.9. Estando todos os representantes dos Licitantes presentes na sessão e concordando com o resultado de habilitação, através de desistência expressa de interpor recurso, a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, proceder a abertura dos envelopes contendo as propostas. Caso contrário, os envelopes propostas, serão rubricados pelos representantes presentes e pelos membros da Comissão de Licitação, ficando sob sua guarda para abertura na data fixada na Ata de reunião ou na publicação do Resultado de Habilitação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

## **5. DA PROPOSTA**

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

5.1. Proposta comercial indicando o preço por conjunto **motor bomba** e total da proposta em valores numéricos e por extenso, em moeda nacional, já computados os encargos de qualquer natureza incidentes sobre o material e a venda a ser realizada, bem, como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras desta licitação. Em caso de dúvida, no preço em algarismos ou por extenso, prevalecerá este último.

5.1.1. Especificação do produto com indicação da marca e procedência – Conforme Anexo II – Termo de Referência.

5.2. Deverá acompanhar a Proposta Declaração indicando o responsável técnico e/ou preposto que representará a empresa durante a vigência do contrato.

5.2.1. A Declaração que se refere o Item 5.2. deverá conter: Nome completo do indicado sem abreviaturas, nº da Cédula de Identidade, nº CPF, assinatura do responsável legalmente habilitado, Carimbo da empresa com CNPJ e data.

5.3. Declaração da empresa licitante que está de acordo com as exigências constantes no item 10. do Edital.

5.4. Atestado de visita ao local onde serão executados os serviços, que será expedido pela Secretaria Municipal de Obras e Viação.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

5.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura.

5.6. Dados que devem integrar a proposta, para efeito de assinatura de contrato:

5.6.1. Razão Social da Empresa;

5.6.2. Carimbo do CNPJ;

5.6.3. Endereço, CEP e Telefone para contato.

5.7. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da Legislação em vigor.

**6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**6.1. DO RECEBIMENTO**

6.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos até às 13:30 horas do dia **29 de agosto de 2012**, na Central de Compras, à Rua Marechal Floriano, 458, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

**6.2. DA ABERTURA**

6.2.1. A abertura das propostas será às 14:00h no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

6.2.2. É facultativa a presença de representante das firmas, caso se faça presente, o mesmo deverá se apresentar devidamente credenciado e identificado, para o processo de abertura dos envelopes.

6.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá direito a manifestação.

6.2.3. Após o recebimento dos invólucros citados no item 3, serão abertos os envelopes da DOCUMENTAÇÃO contendo os documentos de habilitação, sendo estes examinados e rubricados pela Comissão Julgadora da Licitação e, facultativamente, pelos representantes credenciados das empresas licitantes.

6.2.4. A Comissão julgará a Habilitação, comunicando o seu resultado às licitantes na mesma sessão pública. Se não houverem impugnações e/ou desistência expressa de recurso à habilitação, por parte dos representantes legais presentes, a Comissão Julgadora da Licitação, registrará o fato em Ata, devolverá aos participantes inabilitados os envelopes nº 02, ainda fechados, e procederá a abertura dos envelopes dos participantes habilitados.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

6.2.5. Incorrendo desistência expressa de recurso à habilitação ou inabilitação, a Comissão Julgadora da Licitação encerrará a sessão, cientificando os participantes do prazo para a interposição de recurso.

6.2.5.1. O conteúdo dos envelopes abertos será juntado ao processo administrativo e, os envelopes nº 02 serão encerrados em um outro envelope único, devidamente rubricado pela Comissão Julgadora da Licitação, bem como pelos Licitantes presentes, permanecendo sob custódia até a abertura em outro ato público.

6.2.6. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo sem interposição, o Presidente da Comissão Julgadora da Licitação designará dia e hora de prosseguimento da sessão para a abertura dos envelopes nº 02, ocasião em que devolverá os mesmos envelopes, ainda fechados aos participantes inabilitados.

6.2.7. Se todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.

6.2.8. De cada sessão pública será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

6.2.9. Os recursos serão dirigidos a Autoridade Superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, na forma e nos prazos previstos pelas disposições legais pertinentes e deverão ser protocolados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal do Rio Grande, mediante o pagamento do preço público devido, visando sua juntada ao processo de licitação.

### **6.3. DO JULGAMENTO**

A Concorrência será julgada pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

6.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 - DOCUMENTAÇÃO.

6.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 – PROPOSTA.

6.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do concorrente.

6.3.4. A escolha da proposta vencedora será para o **menor preço global**, na forma do item 5.1.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

6.3.5. Em caso de empate entre duas ou mais proponentes a vencedora será escolhida por sorteio, em sessão pública.

6.4. Toda a documentação e proposta deverá ser apresentada à época pertinente, ordenada na forma deste edital e presas entre si.

6.5. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes, a respeito de suas decisões.

## **6.6. DA HOMOLOGAÇÃO**

6.6.1. A Comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá o respectivo julgamento e recomendará vencedora a firma que apresentar **o menor preço global**, encaminhando o processo à Autoridade competente para adjudicar e homologar o certame, a seu critério, e convocar a adjudicatária para a assinatura do contrato.

6.6.1.2. A homologação do procedimento e a convocação do adjudicatário para a lavratura do contrato será publicada no meio de publicação do Município, podendo a Administração a seu critério, utilizar-se de outro meio de convocação desde que documentado seu recebimento.

6.6.1.3. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no sub-item 5.5., sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberados dos compromissos assumidos.

6.6.1.4. É facultada a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

## **7. DOS PRAZOS E PAGAMENTOS**

7.1. O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será até 31 de dezembro de 2012, podendo ser renovado por igual período até o limite de 04(quatro) prorrogações, ficando a critério da contratante.

7.2. A adjudicatária será convocada para, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento da convocação assinar o Termo de Contrato.

7.3. Havendo recusa da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, é facultado a Administração convocar as Licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.

7.4. Os pagamentos serão efetuados Conforme Anexo II – Termo de Referência – Item 08 - Pagamento e Medição





**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

## **8. DAS PENALIDADES**

8.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ainda ao contratado as seguintes sanções:

I - multa, de no máximo 10% (dez por cento) do valor global do contrato, gradativa conforme a infração, acumulável com as demais sanções;

II - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. Conforme Anexo II – Termo de Referência – Itens 04 e 05 – Obrigações da Contratada e Garantia de Instalação e dos Equipamentos

## **10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O transporte deverá ser efetuado pela Contratada ou empresa por ela designada, sob sua inteira responsabilidade e sem ônus para a Contratante.

10.2. A Licitante vencedora da licitação, caso não seja estabelecida no Município, deverá providenciar sua inscrição junto a Secretaria Municipal da Fazenda.

**10.3. Se a Contratada decidir rescindir o contrato ou não concordar com a possibilidade de prorrogá-lo, deverá dar ciência ao contratante, por escrito, no prazo mínimo de 90(noventa) dias.**

10.4. As dúvidas quanto a interpretação de qualquer parte deste Edital, assim como esclarecimentos sobre quaisquer incorreções ou discrepâncias, encontradas no mesmo, bem como, solicitação de informações adicionais, deverão ser protocoladas junto ao Protocolo Geral do Município, até 05 (cinco) dias úteis imediatamente anteriores a data de abertura do envelope nº 01.

10.5. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas na Central de Compras, situada à Rua Marechal FLoriano, 458(Fone (053) 3233.8417), até o quinto dia útil imediatamente anterior àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

10.6. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação, devendo verificar as condições atuais e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

10.7. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

10.7. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei 8.666/93 e demais legislação em vigor.

Rio Grande, 30 de julho de 2012.

**Regimar Hernandes da Rosa**  
Gerente de Compras e Licitações Públicas